

Um projeto de educação bilíngüe na Guiana Francesa: os monitores bilíngües

Odile Renault-Lescure (Institut de Recherche pour le Développement)

Numa região pouco povoada (o último censo contabiliza 157.274 habitantes) tão poliglota quanto a Guiana Francesa, onde são reunidas línguas diversas do ponto de vista genético como sociolingüístico, os desafios da educação são imensos. O sistema escolar vigente não é receptivo a essa diversidade, mas as dificuldades hoje encontradas por ele, abrem um espaço para uma reflexão voltada a tomar conta da alta diversidade cultural existente, especialmente nas populações não francófonas.

O CONTEXTO LINGÜÍSTICO

Dezessete origens lingüísticas diferentes são observáveis nas escolas do primário. Segundo os setores geográficos, isso poder variar de 15% de alunos não francófonos em certas escolas de Caiena, a capital do país, para 100% nas bacias do Rio Maroni ou do Rio Oiapoque, quer dizer, nas terras indígenas ou povoadas pelos quilombos. Além do francês, as línguas presentes na Guiana são distribuídas entre línguas dos migrantes, de chegada mais ou menos recente, e línguas nativas chamadas "regionais". A língua chinesa (especialmente o dialeto hakka), o hmong, o lao, o português do Brasil, o espanhol falado por comunidades hispano-americanas, o inglês dos migrantes da Guiana e das Antilhas anglófonas, o sranan tongo, língua crioula falada na região costeira do Suriname, as línguas crioulas do Haiti, da Martinica e de Guadalupe são faladas por populações às vezes importantes no território guianense.

As demais línguas distribuem-se entre :

- o crioulo guianense, com base lexical francesa, falado essencialmente na região costeira;
- os crioulos businenge (que dizer dos quilombos), com base lexical inglesa ou inglesa e portuguesa. O dialeto aluku está presente na Guiana desde 200 anos, enquanto que os outros (paramaka, ndjuka e saramaka) chegaram mais recentemente ao oeste do país.
- seis línguas indígenas pertencentes a três grandes famílias lingüísticas da América do Sul:

- a família lingüística *caribe* compreende o *kali'na* (também chamado *galibí*) falado no baixo Maroni e na parte oeste da costa e o *wayana* falado no alto Maroni;

- a família *arawak* compreende o *arawak* propriamente dito ou *lokonno*, falado no baixo Maroni e na região de Caiena e o *palikur* falado no baixo Oiapoque e na região de Caiena;

- a família *tupí-guaraní* compreende o *wayampi* falado no alto Oiapoque e o *émérillon* ou *teko* falado no alto Oiapoque e no alto Maroni.

O CONTEXTO POLÍTICO E REGIONAL

A Guiana é um departamento francês de ultra-mar, desde 1946, e a lei geral aplica-se, exceto em alguns casos excepcionais.

Enquanto coletividade política organizada, a República Francesa não faz nenhuma distinção entre os seus cidadãos: todos são formalmente iguais perante à lei. Nenhuma entidade administrativa, territorial ou não territorial, pode reivindicar direitos específicos para os indivíduos que a compõem. Essa igualdade tem como consequência uma ausência de legislação específica para as populações indígenas.

O CONTEXTO ESCOLAR

O sistema formal de educação nasceu na Guiana no contexto colonial destinado, no início, para uma população ainda não escolarizada e analfabeta. Foi generalizado depois, na época da criação do departamento sem nenhum ajuste aos contextos particulares nos quais implantava-se. Estava, de fato, expressão de uma política assimiladora. Essa política educativa era concernente, numa primeira etapa, às populações da região costeira na maioria crioula, e, depois da supressão do território do Inini no ano 1969, às populações indígenas.

Essa situação teve pelo menos três consequências para as populações indígenas:

- uma exclusão de fato do sistema escolar : a escola tinha como finalidade ensinar aos alunos tornarem-se franceses, integrar a ideologia do progresso, que só permitia a uma pequena fração da população, a burguesia, ter acesso a ela.

- levava a uma desagregação social, enquanto favorecia a um movimento de êxodo e ao sedentarismo das populações ribeirinhas, aumentado pelo afastamento dos filhos nos internatos.

- em vez de integrar as crianças indígenas, afastava-as da escola por mergulhá-las num universo estranho que não tinha nenhum sentido para elas.

A SITUAÇÃO DAS LÍNGUAS

Fora o francês, inscrito na constituição francesa como língua da república no ano 1992, não há na Guiana outra língua oficialmente reconhecida. No entanto, na perspectiva da assinatura do "Estatuto europeu das línguas regionais e minoritárias" no ano 1998, o Estado encarregou diversas instâncias a fazerem uma descrição da situação lingüística na França metropolitana, bem como nos departamentos e territórios de ultra-mar. O resultado deu, no ano 1999, um registro das línguas correspondentes aos critérios que definem as línguas regionais da Europa. Para a Guiana Francesa foram registradas 12 línguas, nas quais aparecem as seis línguas indígenas acima mencionadas.

O acesso ao estatuto da língua regional, como já são as línguas da metrópole como o bretão, o basco, o catalão e outras línguas, faz-se pela inscrição do nome da língua num texto oficial e conseqüentemente confere certos direitos, especialmente na área da educação.

No ano 1951 aparece a primeira lei, chamada lei Dixonne, que organiza o ensino das línguas regionais na escola. Ela autoriza os professores "a utilizarem as línguas regionais na escola primária e no pré-escolar quando for necessário para o ensino, especialmente, o ensino do francês".

Outros textos oficiais seguem, por exemplo no ano 1982, uma circular avisando que o uso das línguas regionais é recomendável para ajudar os alunos no momento do ingresso na escola. O último texto importante, no ano 1995, apresenta uma grande novidade : a existência de ensino bilíngüe, isto é, uma carga horária similar entre o francês e a língua regional.

Ultimamente, em novembro de 2000, no projeto de "lei de orientação para os departamentos e territórios de ultra-mar " aparece uma nova abertura. Pode-se ler no artigo 34 "As línguas regionais utilizadas nos departamentos de ultra-mar fazem parte do patrimônio lingüístico da Nação. Beneficiam-se do reforço das políticas a favor das línguas regionais a fim de facilitar o seu uso. A lei do ano 1951, que diz respeito ao ensino das línguas regionais, aplica-se a elas".

NOVAS ORIENTAÇÕES NA GUIANA

O contexto legal hoje permite imaginar novos projetos educacionais. No entanto, nesses últimos anos, sem esperar o reconhecimento oficial das línguas, várias ações desenvolveram-se entre as quais o projeto chamado "monitores bilíngües".

Com origem na constatação do fracasso escolar quase total das populações não francófonas, dentre as quais as indígenas, esse projeto apoia-se por uma parte na idéia segundo a qual a escola deve adaptar-se às popula-

ções nas quais está estabelecida. Por outra parte, apoia-se nas experiências conduzidas em vários países enfrentando situações de plurilingüismo e desenvolvendo programas de educação bilíngüe, como é o caso dos programas de educação indígena no Brasil.

Atualmente dois fatos são freios à presença da língua materna ou indígena na escola. Primeiramente para ensinar na sala de aula é indispensável ter seguido um currículo de capacitação oficial e obtido o diploma de professor primário. Mas, o número de indígenas capazes de ensinar nessas condições é muito reduzido. Em segundo lugar, para ingressar no currículo escolar, uma língua deve ter o estatuto de língua regional e teoricamente ser estudada numa universidade. Isso não é o caso das línguas indígenas.

O projeto "monitores bilíngües" foi concebido para quebrar essa situação viciosa. Aproveitou-se de um dispositivo governamental de emprego para jovens. Tratava-se do oferecimento de cargos de "ajudante educador" nas escolas aos jovens que pudessem cumprir tarefas correspondentes às necessidades ainda não satisfeitas, quando possível tarefas com caráter inovador ou com utilidade social, especialmente no âmbito das atividades culturais.

No início do projeto (setembro de 1998), foram selecionados uns vinte jovens falantes de várias línguas regionais, entre os quais sete indígenas wayana, kali'na e émérillon, com a finalidade de capacitá-los nas áreas da lingüística e da pedagogia para que pudessem conduzir atividades na língua materna na escola.

Nessa etapa encontrou-se um problema : o "ajudante educador" deveria ter o vestibular. Entre os sete indígenas selecionados na primeira turma, somente dois respondiam a esse requisito. Foi então necessário pedir ao reitorado autorizações especiais. Na segunda turma que começa este ano, foram escolhidos 14 jovens, entre os quais 3 indígenas (wayana e palikur). Encontrou-se novamente o problema do nível do diploma.

A CAPACITAÇÃO

Sendo a base do projeto, a formação dos monitores posiciona-se na contra-mão das poucas experiências já conduzidas na Guiana. Essas, baseadas na idéia comum segundo a qual é suficiente ser falante de uma língua para ensiná-la, colocavam indígenas na escola sem preocupar-se com a capacitação deles. O projeto, ao contrário, deseja oferecer uma capacitação de qualidade e de alto nível.

A capacitação está organizada em períodos de agrupamento dos monitores em Caiena, três a cinco vezes por ano.

Lá eles recebem uma formação dividida em dois ramos principais. Por um lado uma parte lingüística está a cargo de lingüistas especializados nas línguas dos monitores ou já familiarizados com questões de educação. Por outro lado, uma parte pedagógica reúne especialistas na pedagogia e didática da língua materna.

Os conteúdos da capacitação são divididos em quatro módulos: apresentação das noções da lingüística para dar um quadro conceptual às reflexões metalingüísticas; introdução à problemática da aprendizagem da língua oral bem como da escrita; atividades desenvolvidas em trabalhos segundo a família lingüística (caribe, tupí-guaraní, businenge, hmong) sobre questões da escrita e a explicitação gramatical das línguas; atividades em trabalhos de elaboração de documentos pedagógicos.

Os primeiros estágios levaram os monitores a descobrir com admiração as possibilidades ofertadas pela reflexão científica sobre a própria língua. Isso é um efeito direto da constatação que um objeto familiar – a língua falada pelo falante – chega a ser matéria empírica de uma riqueza infinita tanto para a experimentação como para a explicitação teórica. Por outro lado, graças à iniciação pedagógica, descobriram as capacidades de cada um, ao trabalhar para adaptação da escola à realidade das populações indígenas e para seu melhoramento.

Depois de cada período em Caiena, os monitores voltam para a aldeia e a escola onde têm duas tarefas a cumprir. A primeira é fazer um trabalho de esclarecimento com os funcionários da escola, diretor e professores, para incentivá-los na elaboração de um projeto que deixe um lugar no ensino para a língua indígena. A segunda tarefa é abrir as discussões fora da escola com os pais dos alunos. Sabe-se que nas sociedades indígenas, a escola é freqüentemente considerada como um lugar onde as crianças devem aprender só a língua oficial e o cálculo.

O TRABALHO NA ESCOLA

Como já falei, para ensinar na escola é indispensável ter obtido o diploma de professor. Os monitores, enquanto "ajudantes de educação", teoricamente, não têm direito a ensinar : isso é claramente escrito nos textos que definem a carga deles. Devem trabalhar na sala de aula do professor e com ele. Essa situação é muito ambígua. Na realidade, as situações de ensino divergem de uma escola para outra. Em certas escolas os monitores conseguem trabalhar com os professores, em outras ultrapassam os direitos e ensinam a língua indígena na sala de aula sem a presença do professor. Isso dependerá da vontade do diretor da escola: ou abrir um verdadeiro espaço

para a língua indígena ou considerá-la somente como apoio para as outras matérias.

AS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELO PROJETO

O projeto foi lançado por um grupo de lingüístas do IRD, instituição francesa de pesquisa com sede em Caiena, e o reitorado da Guiana. Logo no início encontrou-se com várias dificuldades.

A maior dificuldade veio dos inspetores acadêmicos encarregados de supervisionar os professores. Com idéias conservadoras, adversos à introdução das línguas indígenas no lugar sagrado do francês na escola, declararam guerra ao projeto e conseguiram pará-lo depois de um ano de esforços. As sessões de capacitação não tiveram seguimento entre setembro de 1999 e março de 2001. Durante esse tempo, os monitores foram esquecidos nas escolas das aldeias.

No início de 2001 chegou ao reitorado de Caiena um novo inspetor com idéias progressistas, no que diz respeito à educação e especialmente à educação bilíngüe. Abrindo novamente as portas para que o projeto possa se recuperar, organizando uma sessão de formação em março de 2001.

Ao lado das dificuldades encontradas no campo, o projeto começou a ser conhecido nos ministérios da metrópole e a receber ajuda por parte deles. Embora a última sessão de formação prevista para outubro deste ano, tenha sido cancelada por falta de dinheiro para pagar os deslocamentos dos monitores.

Uma outra dificuldade no andamento do projeto apareceu na organização das sessões de formação. Os pedagogos chamados pelo reitorado para capacitar os monitores, não tinham competência particular na didática da língua indígena e tentaram escapar do problema ensinando outras coisas...

CONCLUSÃO

O projeto "monitores bilíngües" tenta responder a uma situação de educação complexa e urgente. É uma experiência que tenta ir na contra-mão de um ensino cego em face à realidade das sociedades indígenas, pela ausência de formação dos professores que nelas ensinam e pelo fracasso escolar massivo das crianças indígenas.

Os monitores têm o cargo de "ajudantes de educação" por cinco anos. O futuro deles depende, em parte, da criação de cargos verdadeiros de "monitores" ainda inexistentes e, por outra parte, da capacidade de uma parcela deles de prosseguir com estudos superiores e ingressar no instituto de capacitação de professores para tornar-se professores bilíngües.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Goury L., Launey M., Queixalós F. & Renault-Lescure O. 2000. "Des médiateurs bilingues en Guyane française". Dossier: La langue dans son contexte social. *Revue Française de Linguistique Appliquée* V – 1: 43-60.
- Renault-Lescure O. 2001. "L'éducation bilingue en Guyane: une situation particulière en Amérique du Sud". *Les enjeux de l'éducation en Amérique latine*. Paris: IHEAL.

9